

Despesas discricionárias e o funcionamento da máquina pública

Indústria foi o setor que mais fechou estabelecimentos em 2018

Agro e Indústria puxam PIB gaúcho do segundo trimestre de 2019

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Despesas discricionárias e o funcionamento da máquina pública

Apesar do esforço fiscal, compressão das despesas discricionárias reafirma a importância de reformas estruturais.

O resultado primário do Governo Central no mês de agosto de 2019 foi deficitário em R\$ 16,5 bilhões, apresentando uma melhora em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal esforço fiscal é observado devido, principalmente, à diminuição das despesas discricionárias por parte do Executivo. As despesas discricionárias são aquelas em que o governo tem a liberdade de decidir, diferentemente das despesas obrigatórias, às quais o governo não pode deixar de cumprir por conta de vinculações legais. O principal destino das despesas discricionárias são os investimentos em diversas áreas, tais como. Em agosto de 2019, as despesas discricionárias somaram R\$ 8,7 bilhões, ante R\$ 9,5 bilhões no mesmo período do ano passado. Apesar da melhora no resultado primário, o ponto a ser discutido é por qual meio esse resultado está sendo alcançado.

Até agosto, o resultado primário acumulado neste ano é deficitário em R\$ 42,5 bilhões, ante um déficit de R\$ 52,2 em agosto de 2018. A redução real do déficit primário no acumulado até agosto deste ano, quando comparado ao mesmo período do ano passado, deve-se, principalmente, à diminuição das despesas discricionárias, com uma diferença de R\$13,2 bilhões entre os períodos de comparação. No acumulado em 12 meses, as despesas discricionárias atingiram R\$ 120,5 bilhões, sendo este o mesmo nível de setembro de 2009, em termos reais.

De acordo com o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do Tesouro Nacional o qual apresenta projeções para o resultado orçamentário do Governo Central para o ano corrente, em 2019, a receita líquida e as despesas primárias apresentarão leve crescimento em relação ao ano passado, respectivamente, 3,5% e 3,4% em termos nominais, contra inflação projetada de 3,6%. Devido ao resultado positivo com relação às projeções das avaliações anteriores, o mesmo relatório sugere a possibilidade de ampliação de R\$ 12,5 bilhões das despesas discricionárias; porém, mesmo adotando-se tal indicação, um tanto otimista, a proporção de despesas discricionárias em relação às despesas primárias totais deverá alcançar a mínima histórica de 7,6% no ano.

Dado o baixo nível observado e esperado de despesas discricionárias, o que causa desconforto é o nível mínimo destas despesas necessário para o funcionamento da máquina pública. Como essas despesas são pressionadas pelo crescimento persistente das despesas obrigatórias, que, desde 2015, consomem a totalidade da receita líquida, a trajetória das despesas obrigatórias é o fator de peso da deterioração fiscal. A reversão da trajetória de crescimento dessas despesas se mostra necessária para o País, principalmente para o

ajuste fiscal pelo lado da despesa.

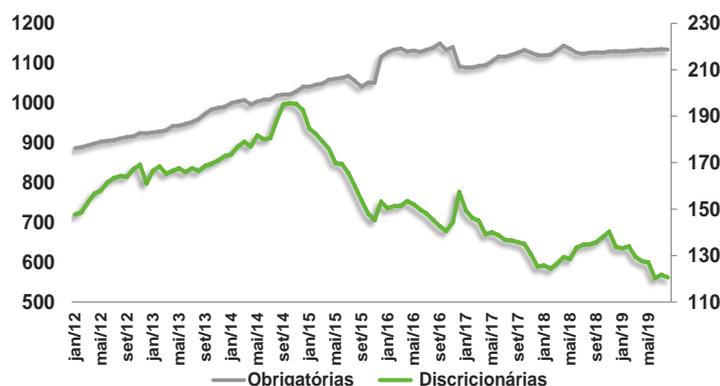
A arrecadação estável, atrelada a um crescimento constante das despesas obrigatórias, contraria as expectativas para este ano de que o maior fator de contenção da despesa seria a limitação imposta pelo teto dos gastos. Assim, nesse cenário, as despesas discricionárias acabam sendo penalizadas para se cumprir a meta de resultado primário.

Tendo em vista que a maior parte das despesas obrigatórias é composta pelos benefícios previdenciários, a reversão destas requer reformas estruturais, como a da previdência e de pessoal. Neste aspecto, a reforma da previdência, com expectativa de ser aprovada ainda nesta semana, ajuda no caminho de reversão. Entretanto, uma revisão da indexação dos gastos obrigatórios, que correspondem a quase 70% das despesas primárias totais, mostra-se necessária.

Mas é válido destacar que, apesar do papel fundamental da reforma previdenciária para as contas públicas, sua aprovação não permitirá um aumento das despesas discricionárias no curto prazo, pois a economia de pouco mais de R\$ 800 bilhões projetada pela reforma em 10 anos, não resulta em uma redução das despesas previdenciárias em relação ao nível atual, mas sim em uma redução na comparação com o cenário previsto caso não houvesse reforma.

Portanto, apesar da melhora do resultado primário, o que indica um esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública, o desafio do controle das despesas do Governo Central para os próximos anos reside, principalmente, no comportamento das despesas obrigatórias, em destaque, gastos com previdência e pessoal.

Evolução das Despesas do Governo Central
(Acumulado em 12 meses)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Elaboração: UEE/FIERGS

Indústria foi o setor que mais fechou estabelecimentos em 2018

Na última quinta-feira (17/10), duas divulgações trouxeram dados preocupantes para a economia brasileira que refletem ainda resultados da profunda recessão pela qual passamos. Na parte da manhã, o IBGE divulgou o estudo Demografia das Empresas e Empreendedorismo 2017. Além de revelar que entre 2014 e 2017 o Brasil apresentou perda líquida (diferença entre aberturas e fechamentos) de mais de 316,6 mil empresas, o relatório mostrou que cerca de 40% das 597,2 mil empresas criadas em 2012 estavam ativas em 2017. Essa proporção, medida pela taxa de sobrevivência, aponta que seis em cada dez companhias encerraram suas atividades nesses cinco anos.

À tarde, a Secretaria de Trabalho, do Ministério da Economia, divulgou os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) que apontaram fechamento de 104 mil estabelecimentos no País somente em 2018, dos quais 21 mil (20%) tinham empregados e 83 mil (80%) não possuíam funcionários. Considerando apenas aqueles que registraram vínculos de emprego, a Indústria foi o grande setor que mais perdeu estabelecimentos com saldo negativo de 7,9 mil em 2018, conforme mostra a tabela.

Portanto, mesmo com o fim da recessão, as empresas continuam fechando as portas no Brasil. Dada a nossa posição vergonhosa em *rankings* internacionais, muito se fala em facilidade para abrir e fechar empresas e isso é importante para o bom funcionamento da

economia. Entretanto, também é de suma importância manter ativas as empresas já estabelecidas. Políticas que visem a redução de custos, seja pela melhora do sistema tributário ou redução da burocracia estatal, promovam melhorias na qualificação dos trabalhadores, busquem aprimorar a nossa infraestrutura para reduzir custos de logística, entre outras ações que melhorem o ambiente de negócios, são fundamentais tanto para que as empresas já estabelecidas consigam sobreviver quanto para que novas empresas encontrem um ambiente favorável para empreender.

Número de estabelecimentos – BR*

(Em mil unidades)

| Setores | 2017 | 2018 | Variação | |
|------------------------|----------------|----------------|--------------|-------------|
| | | | Abs. | % |
| Agropecuária | 328,2 | 322,2 | -6,0 | -1,8 |
| Indústria Total | 553,2 | 545,3 | -7,9 | -1,4 |
| Extrativa | 8,2 | 7,9 | -0,2 | -2,6 |
| Transformação | 330,8 | 326,0 | -4,8 | -1,4 |
| SIUP | 13,5 | 13,7 | 0,1 | 1,1 |
| Construção | 200,7 | 197,7 | -3,0 | -1,5 |
| Serviços | 3.006,1 | 2.998,8 | -7,3 | -0,2 |
| Comércio | 1.472,8 | 1.452,1 | -20,7 | -1,4 |
| Outros Serviços | 1.533,3 | 1.546,7 | 13,4 | 0,9 |
| TOTAL DO BR | 3.887,4 | 3.866,3 | -21,2 | -0,5 |

Fonte: RAIS/ME.

* Apenas estabelecimentos com vínculos de emprego.

Agro e Indústria puxam PIB gaúcho do segundo trimestre de 2019

O PIB do Rio Grande do Sul cresceu 1,4% no segundo trimestre de 2019 na comparação com os três meses imediatamente anteriores, com ajuste sazonal, segundo informou na semana passada o Departamento de Economia e Estatística (DEE), órgão vinculado à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do governo estadual (Seplag/RS). O desempenho foi acima do verificado no Brasil no mesmo período (+0,4%).

Na comparação com o segundo trimestre de 2018, o PIB gaúcho cresceu 4,7%. No respectivo período, o Brasil cresceu apenas 1,0%. Os três grandes setores apresentaram crescimento no RS, com destaque para a Agropecuária (+9,2%) e para a Indústria (+5,7%), que se expandiram a partir de uma base baixa em 2018, consequência da estiagem que afetou a produção agrícola e da greve dos caminhoneiros, que impactou negativamente a produção industrial. No setor primário, as principais influências positivas vieram da produção de soja (+5,4%) e milho (+25,9%). Já no setor secundário, o grande destaque foi a Indústria de transformação (+6,2%), puxada principalmente por Veículos automotores, reboques e carrocerias (+40,6%). A Construção apresentou variação positiva de 0,1% após 20 trimestres consecutivos de queda e o segmento de Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza

urbana cresceu 16,1%, influenciado pelo aumento da geração de energia elétrica no Estado.

No acumulado do ano, a economia gaúcha cresceu 3,8%, o melhor resultado para um primeiro semestre em seis anos e muito acima do observado no Brasil (+0,7%). Em termos setoriais, o crescimento de 7,2% deixou a Agropecuária com o melhor desempenho, seguida pela Indústria com avanço de 5,5%. Os Serviços, por sua vez, cresceram 1,8%. Já nos últimos quatro trimestres, a taxa de crescimento acumulada foi de 3,9%, com avanço dos três grandes setores: Agropecuária (+6,2%), Indústria (+5,8%) e Serviços (+1,6%). Na mesma base, o Brasil cresceu 1,0%.

Para o restante do ano, a expectativa é de desaceleração da taxa de crescimento acumulada em 4 trimestres, atualmente em 3,9%. A Indústria deve apresentar taxas menores por conta da base de comparação elevada no segundo semestre de 2018, além da desaceleração na produção de Veículos automotores que já se observa nos dados mais recentes. Na Agropecuária, a boa safra de trigo no inverno deve ajudar para que a redução no ritmo de crescimento não seja tão acentuada. Apesar da desaceleração, a economia gaúcha deve fechar o ano com melhor resultado que o Brasil.